

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NA TELEVISÃO OS CASOS DE SALAZAR E CAETANO¹

Francisco Rui Cádima

O dispositivo comunicacional moderno é caracterizado por integrar três parâmetros fundamentais na sua constituição, a saber: performatividade, logotécnica e instrumentalidade. Este é, essencialmente, o modelo da era "analógica", o que significa que a tecnologia pulveriza e contamina a própria ordem política e as suas fronteiras.

Mais em particular, a grande diferença entre a autarcia salazarista e a época de institucionalização do regime democrático não está tanto na reformulação dos parâmetros que caracterizam o dispositivo comunicacional, está sobretudo na forma como os "actores" políticos assumem o seu protagonismo mediático. No primeiro caso, a instrumentalização é integrada como paradigma, no segundo caso o paradigma é recusado em teoria, mas é praticado de forma envergonhada.

Paradoxalmente, quanto mais poderoso se torna o sistema de comunicação, isto é, quanto mais evolui para a matricialidade e para o ciberespaço, ou seja, para sistemas interactivos de comunicação – em

¹ Texto baseado na investigação desenvolvida no âmbito da tese de doutoramento "O Sistema Político e a Informação Televisiva em Portugal ao Tempo de Salazar e Caetano (1957-1974)", defendida na FCSH em 1993. Posteriormente editada, o essencial da tese encontra-se em duas obras, a saber: *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1996, e *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996. O texto que aqui se apresenta recorre, fundamentalmente, a estas duas obras. Ainda com temáticas afins, refira-se uma outra obra do autor: *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, Século XXI, 1996.

O Conceito de Representação

ruptura com os tradicionais fluxos de comunicação unívocos –, mais se evidencia a necessidade do campo político recorrer à notoriedade mediática como forma de salvar o ser pela aparência.

Alain Touraine² dizia-o muito claramente: de facto, existe como que uma inaptidão essencial dos actores políticos para se distanciarem deste campo de representação – sinal evidente de que, afinal, a inflação da comunicação política no campo dos media é sobretudo sintoma de uma crise de perda de representatividade desses mesmos actores políticos, crise, enfim, da política como representação: "*Se a comunicação política adquire uma importância crescente, é porque a política não impõe mais nenhum princípio de integração, de unificação, ao conjunto das experiências sociais e que a vida pública extravasa por todos os lados a acção política*".

Como refiro no meu livro *O Fenómeno Televisivo*, é a *mise en scène* da representação política, os rituais políticos, simbólicos, do poder dominante, que se consagram em espectáculo televisivo, sobretudo nas dramaturgias já banalizadas dos telejornais. Trata-se, no fundo, de uma liturgia simbólica, por vezes inclusivamente considerada uma mística, que se tem vindo a radicar nos sistemas de comunicação televisiva – imagem, de alguma forma, dos ritos de soberania das sociedades tradicionais, que tinham por objectivo final a perpetuação no poder desses mesmos actores. Verifica-se assim uma espécie de entronização publicitária do corpo político e dos seus protagonistas, sendo o "animal político" reciclado e metamorfoseado em *homo loquens*, em actor comunicante. Este trabalho contém em si também os sinais de um procedimento político de auto-legitimação, procurando deste modo o corpo político fundar nessa *mise en scène* a perpetuação de uma soberania. No fundo, o Estado não existe senão "em acto" de representação, de *publicness*, como se dizia já na Idade Média em relação ao corpo político – e não jurídico – do rei.

Mas vejamos então mais em particular os casos de Salazar e Caetano. Quando começaram as emissões regulares de televisão (7/3/1957), não propriamente Salazar, mas Marcello Caetano – qual delfim determinado a recuperar o tempo perdido, grande adepto da "personalização do poder", seguramente já consciente dos efeitos políticos do novo media, e sobretudo crente no predomínio dos factores irracionais na formação da opinião pública – achava-a "*fortemente*

² Alain Touraine, "Communication politique et crise de représentativité", *Hermès*, nº 4 – Le nouvel espace public, Paris, 1989, pp. 43-51.

corruptível e presa fácil de aventureiros e charlatões" (1971:125) –, logo se apresentou a falar ao país, como recordou: *"Fui o primeiro membro do Governo a utilizar a TV para expôr ao País, em Junho de 1957, problemas de interesse geral. Não oculto que segui os primeiros passos da Radiotelevisão Portuguesa com profundo interesse e entusiasmo até. Não imaginava que, anos depois, como Chefe do Governo, ela me seria de tanta utilidade para o estabelecimento de uma corrente de comunicação entre mim e o povo português. Mas sabia, desde o início, que era o instrumento ideal para um Governo se tornar popular... se o merecesse"* (Caetano, 1977: 472).

O afastamento de Salazar do meio televisivo não se explica só pelas suas múltiplas fobias de tecnologia, inovação, público, publicidade, etc., mas, aparentemente, pelo seu desconhecimento das virtualidades instrumentais do novo media – para além do mais não era propriamente um orador, o que já vinha, aliás, dos tempos da Coimbra³. Repare-se que no ano de 1958, já com emissões regulares em Portugal, em entrevista ao Figaro (de 2 e 3 de Setembro de 58), Salazar, numa visão passadista, repetindo definições que remontavam aos anos

³ Veja-se a resposta de Rolão Preto e João Medina (*Salazar e os Fascistas*, Bertrand, 1978, p. 160), quando este lhe pergunta "E o Salazar estudante, como era?": – "(...) *Tinha fama de monárquico (...) mas depressa passou a ser apenas católico (...) Cunha Leal era um dos grandes inimigos dele; tinha uma enorme facilidade de falar, uma 'verve'... Coisa que Salazar não tinha – e isto foi uma coisa que talvez prejudicasse Salazar no seu destino: é que ele não era orador. De modo que não podia fazer um Parlamento em que tivesse que intervir pessoalmente. A primeira coisa que fez, uma vez chefe indiscutível, foi um Parlamento perante o qual os ministros não são responsáveis. Lia os discursos dele, discursos escritos... E nisso era completo: não faltava uma vírgula*". E um dos biógrafos oficiais de Salazar, Luís Teixeira, in *"Perfil de Salazar"* (Secretariado de Propaganda Nacional, Lisboa, 1939), citado por António de Figueiredo (1976:35), dizia dele: "(...) *cresceu na sombra e estudou no isolamento*". O próprio António Ferro, no início dos anos 30, aquando da realização das entrevistas publicadas no Diário de Notícias, e antes de entrar para o automóvel (o "gabinete ambulante") de Salazar, quando este estava ainda no Ministério da Finanças, perguntava-se: *"Como irá receber-me, no meu estranho gabinete ambulante, esse homem que não recebe ninguém, que foge ao contacto dos outros homens, que parece medir todas as suas palavras, gestos e atitudes, que vejo debruçado constantemente, sobre a carta de Portugal, sobre a planta da Pátria, com uma régua, um esquadro e um compasso?"* (Ferro, 1978:73). Jornais estrangeiros descobriram-lhe também facetas desconhecidas, como o New Daily, de Londres, citado pelo telejornal de 29/4/1960: *"O homem que nunca consentiu que fosse emitido um selo com a sua efígie"*, dizia, elogiando-o, a propósito da passagem de mais um aniversário...

O Conceito de Representação

30, às primeiras circulares da Direcção dos Serviços de Censura⁴, privilegia, ainda no final dos anos 50, a imprensa face aos outros media "(...) a imprensa, principal meio, a rádio e a televisão, de formação da opinião pública (...)". Ou ainda: "(...) a imprensa, com as suas irmãs mais novas – a rádio e a televisão (...) "⁵. É, aliás, opinião frequente não ter tido a própria imprensa um papel determinante na política oficial salazarista⁶. Ao contrário de Marcello, Salazar não parecia dar grande importância aos media como instrumento para a boa consecução de uma política. O seu modo de governar no retiro de S. Bento, algo misantropo, ascético mesmo, era sem dúvida refractário ao desempenho mediático. O próprio Marcello Caetano o reconhecia: "(...) naquele homem a Política tinha-se constituído em missão. Entrara na política como podia ter ingressado numa Ordem Religiosa austera" (1974: 580). Quase o mesmo havia dito, afinal, ainda nos anos 30, António Ferro (1978: 65), na introdução ao seu livro sobre Salazar: "*Os que não se resignam aos pensamentos claros e desinteressados em vão procuravam na vida resumida e restrita do Dr. Salazar, as razões ocultas e subterrâneas das suas medidas, dos seus possíveis favoritismos. Mas nada, absolutamente nada. Difícil conceber maior isolamento, maior indiferença pelas coisas terrenas, pelos prazeres do mundo. O Dr. Oliveira Salazar era um exemplo de um ascetismo raro, talvez único, na clareira dos homens públicos da nossa época e da nossa terra*".

Daí, de facto, não ter havido um aproveitamento de carácter declaradamente propagandístico, de uma ideologia – do regime e do seu ditador –, através do culto da imagem ou, num âmbito mais geral, mesmo do culto da personalidade, por exemplo, como aconteceu noutros regimes totalitários. Ou apenas e tão só de uma presença assídua, pré-determinada, nos meios de comunicação, e, nomeada-

⁴ Cf. nomeadamente a circular à imprensa da Direcção dos Serviços de Censura, de 28/8/1931, citada por F.P. Balsemão (1971:81-184).

⁵ Cf. discurso pronunciado na sede da União Nacional em 1 de Julho de 1958. *Discursos e Notas Políticas*, Vol. V, pp. 485 e segs. Neste mesmo discurso Salazar ironiza com "o valor informativo da imprensa" contando uma história sobre uma notícia que o tinha dado como ausente de Coimbra, não tendo ele saído da cidade...

⁶ Cf. Arons de Carvalho, *A Censura e as Leis de Imprensa*, p. 103. Arons de Carvalho cita Alfredo Barroso, que no República de 7 de Fevereiro de 1972, escrevia: "*Salazar não considerava a Imprensa um instrumento essencial, nem mesmo importante de execução da sua política*".

mente, claro, na televisão. Ele próprio – Salazar – inclusive, deixava-o antever já em 1933 aquando da inauguração do Secretariado da Propaganda Nacional: *"O Secretariado não é um instrumento do Governo, mas um instrumento de governo no mais alto significado que a expressão pode ter. Não se vai certamente evitar, com tal entendido pudor, toda a referência pessoal elogiosa, toda a homenagem prestada aos que se afirmam pelo trabalho, pela dedicação, pelo desinteresse com que servem a causa pública. Mas não é esse o objectivo que prossegue o Secretariado da Propaganda Nacional. A que se destina então? Vamos abstrair de serviços idênticos noutros países, dos exaltados nacionalismos que os dominam, dos teatrais efeitos a tirar no tablado internacional. Tratemos do nosso caso comezinho.(...)"*. E em 1939 voltaria a dizer, significativamente: *"(...) Uma publicidade desaforada, estúpida umas vezes, outras inteligentíssima e internacional, esquadrinha as atitudes, dá sentido às coisas indiferentes, perverte as intenções mais puras, desvirtua o pensamento mais lúcido, aqula paixões, espalha o ódio, lança o terror, suscita problemas e lança soluções que são outros tantos problemas"*⁷.

Teria sido em vão, portanto, a tentativa de Marcelo alertar Salazar aquando da assinatura do Tratado de Roma, em 1957: *"Sr. Professor – vem aí a sociedade de consumo..."*, ter-lhe-ia dito⁸, ao que ele, aparentemente, não ligou grande importância. Era sem dúvida, como disse Mário Soares (1990:11), *"um político representativo do país rural, imóvel, atrasado, provinciano que Portugal foi, em grande parte durante o seu consulado e devido à sua acção"*. Mesmo profissionais como Vasco Teves, que privaram com Salazar aquando da realização de gravações para a RTP, confirmam que o ditador confessava a sua franca ignorância sobre aquelas máquinas de "tirar o retrato"... Daí, também, o lançamento da "operação TV" ter assumido *"foros de acto conspirativo"*⁹. Mas a tranquilidade não deixaria de reinar no país. O "exílio universitário" de Caetano, que no período de 1955-58 era tido nos meios oficiais por "liberal", senão mesmo como "homem de esquerda" (...), tal como ele próprio o disse (1974:522) – *"Em 1957 eu era porém, para as classes possidentes e para a direita*

⁷ Cf. discurso na Assembleia Nacional em 22/5/39, *Discurso e Notas Políticas*, Vol. III, pp. 140-141.

⁸ Ver designadamente Vicente Jorge Silva, "24 anos de RTP: a história de uma servidão", *Expresso*, 7 de Março de 1981.

⁹ V.J.S., op. cit.

O Conceito de Representação

monárquica, pura e simplesmente o chefe da esquerda do regime, acusando-se o Presidente Craveiro Lopes de comungar nas mesmas ideias e de cobrir a minha acção" – teria sossegado os ultras – e, mais tarde, em 1960, a destituição de Camilo de Mendonça da RTP, substituído por Luís Athayde – que já vinha exercendo as funções de administrador por parte do Estado desde o ano anterior –, serão marcos de uma nova fase na então breve história da televisão em Portugal, como veremos. Marcello era tido no país, segundo outros, "*como o único representante da modernidade no regime*" (Valente, 1990:163). Nos dez anos que se seguiriam "*o regime apodreceu lentamente e o país entrou em crise larvar que explodiria sob Marcelo*" (op. cit.: 164).

Não seria pois de estranhar o aparentemente súbito "enamoramento" de Marcello Caetano pela televisão. Não esqueçamos que ele tinha efectivamente teorizado sobre a opinião pública no Estado moderno. Para Caetano (1971: 119), os governantes não poderiam jamais deixar de dar contas do que "pensam, projectam ou fazem": "*A cena parlamentar, inventada no tempo em que o convívio social decorria em conversas de salão, foi suplantada nesta época de eliminação das distâncias e de facilidade de comunicações*"... Marcello Caetano explicitava assim, claramente, ou mesmo visionariamente, para o sistema político português, a sua concepção utilitarista da televisão.

Mal a televisão começa, já Marcello Caetano estava nos ecrãs, concretamente a 5 de Junho de 1957, não tinham ainda passados dois meses após a primeira das emissões regulares¹⁰. O tema que levou

¹⁰ A revista Rádio & Televisão, de 8 de Junho de 1956, chegava mesmo a teorizar em torno da *performance* do ministro da Presidência, expondo todo um receituário de representação: "*Na televisão como na rádio não deve ter-se a preocupação que se está a falar solenemente ao mundo inteiro, deve ter-se em vista que se está a conversar com cinco pessoas reunidas numa sala, em ambiente de família. Onde o despropósito do tom solene, da voz enfática, da pronúncia pretensiosa e do ar doutoral. Onde, a necessidade de uma grande dose de simplicidade, que mantenha o orador e ouvintes ligados por um fluido de simpatia e de familiaridade gerador de um clima de receptividade psicológica do auditório. Por exemplo: como o fez o Professor Doutor Marcelo Caetano.*"

"Quando um locutor de televisão quiser saber de que maneira há-de desempenhar-se modelarmente da sua função (...). Quando um entrevistador de televisão tiver dúvidas acerca do modo como ser vivo sem deixar de ser equilibrado e discreto (...). Quando um comentador de assuntos culturais ou desportivos sentir os modos e a voz impregnados de um tom doutoral, mais próprio para definir

Marcello a falar pela primeira vez, expressamente, ao país, através da Rádio e da Televisão, era, sem dúvida, um tema lateral aos desígnios do regime. Tratava-se do 10.º aniversário do auxílio americano à Europa – concretamente, do Plano Marshall, "*um dos acontecimentos marcantes da era contemporânea*", segundo o próprio Marcello Caetano. O ministro da Presidência aproveitaria então a situação para apresentar o país, com toda a naturalidade, aliás, perfeitamente integrado no contexto do mundo ocidental, e com uma situação de tal modo favorável, que nem sequer tinha necessitado de especial auxílio norte-americano: "*Em Portugal, subtraídos como estivemos aos efeitos directos do cataclismo, mal nos apercebemos da grandeza do desastre. Mesmo assim muitas pessoas haverá que recordam as circunstâncias difíceis desse começo de ano de 1947 em que foi necessário recorrer à importação de géneros alimentícios para suprimir as faltas resultantes do péssimo ano agrícola. Mas em Portugal havia reservas de ouro com que pagar essas compras ao estrangeiro. No resto da Europa, não.*"

Dir-se-ia, pois, que nesta primeira fase das emissões regulares – que correspondiam de facto à permanência de Caetano no governo de Salazar, era o Ministro da Presidência quem representava o regime no écran televisivo. O que não quer dizer que a refacção ao desempenho mediático de uma figura política, como, por exemplo, Salazar o demonstrou em relação à TV – ou que a ausência de um dos protagonistas do campo de dominação –, seja sinónimo de uma ausência dos dispositivos políticos e das suas estratégias de instrumentalização do sistema de comunicação pública dominante.

Neste processo ritualista, a exclusão do indivíduo é sobretudo devida ao controlo total do universo da informação televisiva pelos actores políticos e pelo âmbito institucional – o indivíduo, na sua singularidade, o "privado", o "particular", não criam notícia, não *são* notícia. Ao nível dos actores, homens de Estado e protagonistas políticos, há como que uma personalização das hierarquias e não uma expressão da singularidade, da multiplicidade – é a estrutura e o escalonamento hierárquico e institucional que se manifestam constantemente. Esta prática, perfeitamente instituída desde os princípios da televisão, designadamente nos monopólios de Estado, mas também

dogmas do que para enunciar futilidades mezinhas, fará bem em se lembrar do modo como se comportam perante o microfone e as câmaras, homens, aliás profundamente doutorais, como por exemplo o Professor Doutor Marcelo Caetano".

O Conceito de Representação

nas redes privadas, veio sublinhar a tendência, expressa nos próprios alinhamentos, para um progressivo afastamento do sistema político da respectiva sociedade civil e das suas figuras de alteridade, o que, em última instância, manifesta não só a incapacidade do sistema político-televisivo para interpretar o conjunto da experiência social, como ainda, e em consequência, a recusa, ou a inabilidade do Estado em se identificar com o conjunto dos cidadãos e dos seus direitos, liberdades e garantias. O seu contrato de visibilidade/credibilidade é seu modelo de representação. E hoje ainda é, em grande parte, assim.

Doravante, como aliás defende Touraine, o Estado-Nação gere interesses que não se identificam em definitivo com os da comunidade em geral, representando uma democracia mais aclamativa do que participativa, afastando-se por isso radicalmente dos desígnios emancipadores que haviam contribuído para a sua emergência. Sendo o écran televisivo, designadamente na sua fase monopolista, o interface deste modelo, ele é também a concretização dessa abstração dominante.

Sob o ponto de vista da performance dos diferentes actores políticos é óbvio que as figuras públicas se definem hoje mais pelo seu desempenho mediático, na gestão dos conflitos menores, do que por uma ordem de exigência face ao interesse público da comunidade (veja-se a questão ambiental, o pacifismo, o subdesenvolvimento, as carências sociais, etc.). Uma tal gestão assenta por isso num princípio de selecção do acontecimento político, estereotipado e modulado quer pela selecção político-televisiva, neutralizante da actualidade, quer pelo efeito-série do pseudo-acontecimento (as presenças diárias das figuras mais representativas dos governos e do Estado), determinando por sua vez um efeito censurante que interpreta o poder dominante de forma servil e a sociedade civil de forma "hostil", fundamentalmente por omissão.

No fundo, a mediatização da comunicação política em televisão criou de facto o homem político formatado, através de um ajustamento dos dispositivos de comunicação à especificidade do desempenho televisivo da figura pública. E nesta complexa mutação, onde todos os factores de apropriação dos media por parte do campo político são jogados, emerge fundamentalmente o deslocamento de práticas tradicionais de representação política para o campo do marketing, da imagem corporativa e da própria publicidade.

Uma primeira aproximação aos dois grandes períodos da história recente portuguesa – salazarismo e caetanismo – e às suas relações com o principal meio de comunicação de massa então existente como

monopólio de Estado – a televisão – permite-nos concluir, após a concretização da investigação empírica em que se procedeu à análise descritiva dos telejornais da RTP, que o modo de dar a ver, através da máquina televisiva, a realidade portuguesa nos anos 1957-1974, foi mais marcadamente instrumentalizado, e objecto de propaganda do regime, ao tempo de Marcello Caetano do que com Salazar. Isto, muito embora todo o período imediatamente posterior ao início da guerra colonial, designadamente o "consulado Múrias", fosse substancialmente mais radical e mesmo mais marcadamente doutrinário e militante nos seus comentários e editoriais que os primeiros anos de informação televisiva conduzida por Manuel Figueira, período em que o texto de opinião tem de facto uma expressão reduzida.

Embora se tratando de dois grandes períodos ao longo dos quais o controle político da informação televisiva – e designadamente da edição principal do telejornal – foi circunscrito de modo idêntido às grandes estratégias censurantes e persecutórias do regime e ao seu desígnio político global, a verdade é que ao tempo de Marcello Caetano a RTP é explícita e assumidamente um "instrumento" de uma acção política propagandística no domínio de informação televisiva, a qual, de facto, sobretudo a partir de meados dos anos 60, tem já um impacto significativo no campo dos media no plano nacional, quer pela cobertura da RTP, quer pela audiência atingida¹¹.

Ao invés, o salazarismo coloca-se inicialmente numa posição defensiva e expectante face ao desenvolvimento de um novo e poderoso meio de comunicação como a televisão, provavelmente temendo uma mais ampla publicidade às coisas da vida e do mundo – para depois, na sua fase terminal, após o início da guerra colonial, portanto, ter uma estratégia mais agressiva e instrumentalizadora no domínio da informação televisiva.

De uma forma geral, o instrumento estratégico que acabou por acompanhar todo o consulado salazarista no âmbito da comunicação

¹¹ Por exemplo, em 1968 – ano-charneira entre salazarismo e marcelismo – o número de aparelhos de televisão registados oficialmente em Portugal era de 305 623. No entanto, a audiência potencial, calculada com base no total da população nacional habitando nas zonas de cobertura da RTP era de cerca de 7 milhões de portugueses (taxa superior a 90%). Segundo dados da própria RTP a audiência média diária em 1968 foi de cerca de 1 milhão de telespectadores/dia (cf. *Anuário da RTP* de 1968, pp. 247-269). A relação entre televisores registados e audiência é assim extremamente aleatória. Veja-se por exemplo que em 1964 a área de cobertura era de apenas 57,6%, o que correspondia a 71,5% da população total do País. No entanto, o número de televisores registados em 1964 era de apenas 150.319.

O Conceito de Representação

social, e que de certa forma estabeleceu os limites de actuação no campo dos media – com óbvias extensões também à televisão – foi o imobilismo informativo do modelo protocolar e oficioso, quando não mesmo oficial, determinado pelas estruturas censórias e persecutórias do regime.

Voltando especificamente à nova era editorialista marcada pela entrada de Ramiro Valadão, um aspecto há a destacar desde logo no que concerne à argumentação e modelo enunciativo. Os editoriais de Manuel Maria Múrias, são, por excelência, textos assumidamente polemistas, escritos na primeira pessoa, onde o culto da personalidade de Salazar não é, por assim dizer, uma obsessão (até pelas características próprias, mediáticas, do ditador), e onde, também, em regra, são reduzidas as referências à estratégia política com origem – e enunciada – ou do seu gabinete, ou pelo próprio Salazar.

E, de facto, com Marcello Caetano assiste-se desde logo a uma inversão de fundo nesta estratégia. Os editoriais, em grande parte, passam a ser redigidos com o enfoque na terceira pessoa, nas suas actividades e na sua agenda política, no seu pensamento, nas entrevistas que dá, nos livros que publica, nos factos políticos que cria, ou até na recorrência à própria RTP para melhor chegar aos portugueses, cumprindo assim, aliás, o desiderato que havia imputado ao meio, essa espécie de prótese instrumental do novo poder. É claro que neste particular as conversas em família seriam decisivas para a reformulação da estratégia de instrumentalização da televisão. Repare-se ainda que até os editoriais a propósito das datas do regime, só raramente excluem as declarações políticas de Marcello Caetano, registadas a propósito desses mesmos pseudo-acontecimentos.

Excepcionalmente, quando o dispositivo da informação diária (os três blocos diários) se mostrava insuficiente, do ponto de vista propagandístico, para divulgar e promover as viagens do líder, ou os seus discursos, as reuniões da União Nacional, etc., a informação optava ou pelas "edições especiais" ou pelas repetições e remontagens. No caso das reportagens da visita de Marcello Caetano a África, esse efeito repetidor adquiria a dimensão e o registo claro do espectáculo propagandístico. Essa era, afinal, a fórmula, por excelência, para Valadão mostrar que a confiança que em si tinha sido depositada o não havia sido em vão. E em todo o período seguinte continuaria igual a si próprio.

No interior da RTP era tido, como vimos, um cuidado muito particular, ou melhor, era sob um rigoroso controle político e ideológico

que desde 1957 se procedia à selecção, análise e produção da informação destinada aos telejornais. Com Salazar essa estratégia foi ganhando corpo, tendo-se radicalizado após o início da guerra colonial, designadamente no consulado Múrias. Com Marcello Caetano, e fundamentalmente por interposição de Ramiro Valadão, é pública e notória uma acção agora deliberadamente instrumental da informação televisiva tornando a gestão das práticas e dos discursos numa acção burocrática de propaganda, sendo conferido aos protagonistas do sistema político monopartidário – mas designadamente ao próprio Marcello Caetano (como dantes nunca havia acontecido com Salazar) – o estatuto de dirigente inquestionável e de personalidade "acima do acontecimento". O tratamento televisivo da sua acção política, constantemente presente nos TJ's, requeria assim total submissão a uma lógica hierarquizada, em que o panegírico do líder carismático representava, de forma assumida, uma nova modalidade de subserviência à vontade do Príncipe.

A televisão, designadamente a informação televisiva, foi explicitamente para Marcello Caetano o que o Secretariado da Propaganda Nacional, mais do que a própria televisão, havia sido em tempos para Salazar – um instrumento. Mas, implicitamente, de facto, a RTP, na era pós-Manuel Figueira, foi também fortemente instrumentalizada através das cumplicidades geradas no próprio sistema político-televisivo. A subserviência ao programa de Marcello Caetano, de instrumentalização da televisão, era, aliás, claramente justificado por Ramiro Valadão: *"É evidente que a RTP não será veículo, de nenhuma maneira, dum programa que seja contrário aos princípios fundamentais que regem a Nação portuguesa. Isto é, está aberta a tudo o que está dentro da Constituição, mas não colabora na existência de qualquer fenómeno revolucionário ou pré-revolucionário. Isto é, evidentemente, uma certeza absoluta que as pessoas devem ter no seu espírito. Nós não queremos destruir estruturas, mas contribuir para a sua renovação de acordo com a linha de acção indicada claramente pelo Presidente Marcello Caetano"*¹².

A coerência instrumental e monológica do modelo informativo, a sua estrutura de agenciamento protocolar e oficioso, e a lógica de produção – constante – de pseudo-acontecimentos e meta-acontecimentos, valorizando as diferentes modalidades de enuncia-

¹² Entrevista de Ramiro Valadão a Vera Lagoa. Revista Rádio e Televisão, de 21 de Julho de 1973

O Conceito de Representação

ção propagandísticas, caracterizavam assim, em linhas gerais, a estratégia, o modo de produção e as práticas editoriais dos blocos noticiosos da RTP, desde o seu início até ao 25 de Abril de 1974. E da mesma forma que o sistema de monopartidarismo político se subordinava ao Estado, assim o monopólio da informação televisiva e a sua estrutura protocolar – o aparelho ideológico do monologismo discursivo do sistema – se subordinavam, na sua prática, ao sistema político e à acção dos seus protagonistas e da autarcia em geral. Uma prática que se diria "imprescindível" para a manutenção e a perpetuação da estrutura política do regime, para a sua legitimação, e para a constante inculcação no corpo social – através do dispositivo televisivo – de uma ideia obstinada e intransigente para Portugal. E isso funcionava sobretudo nas aberturas do TJ através de uma espiral de redundâncias que encenava, por assim dizer, a irreversibilidade de uma duplicação do mundo que era, em última instância, uma amnésia do tempo.

Ao tempo de Ramiro Valadão são de facto diversos os documentos que nos permitem uma melhor compreensão da forma como todo este sistema instrumental-propagandístico, criador do consenso, havia sido gerado. Veja-se o caso do Conselho de Programas da RTP, que a certa altura se debruça, exactamente, em exclusivo, sobre o telejornal. Na sua 45ª reunião, de 7 de Janeiro de 1971, da ordem do dia constava, de facto, apenas a apreciação do TJ. O então presidente do Conselho de Programas, Pedro Geraldês Cardoso, procedia nessa mesma reunião à leitura de um relatório sobre o serviço noticioso da RTP. Ramiro Valadão, comentando as suas observações, enquadrava a questão, do ponto de vista político, do seguinte modo: "(...) *Entende-se superiormente que o Telejornal pode contribuir, dada a sua excepcional difusão, para que sejam atingidos os objectivos do Governo da Nação*". Mais à frente, revelando, sobre um caso concreto, todo um programa propagandístico, referiria: "(...) *A RTP está a adoptar o sistema de, para poder informar o público por forma susceptível de lhe despertar mais interesse, apresentar documentários filmados das grandes obras que se inauguram em momento diferido e anterior ao das transmissões das reportagens das respectivas sessões inaugurais durante as quais nem sempre existe a possibilidade de documentar os espectadores com os pormenores de ordem técnica ou estética que estes, muito naturalmente, mais apreciam*"¹³. Valadão,

¹³ Cf. "Projecto de Acta da 45ª reunião do Conselho de Programas" da RTP, de

aliás, não esconde a imodéstia, e prefere mesmo evitar a desconfiança alheia de qualquer incoerência da sua prática. Na análise que posteriormente fez desses anos em que reinou como quis – e soube – na RTP, entre 1969 e 1974, dizia: *"Eu tinha poderes absolutos na RTP e posso mesmo dizer que nunca nenhum presidente mandou tanto como eu. O próprio Prof. Marcello Caetano evitava interferir no meu trabalho"*¹⁴... O mesmo é dizer, interferia. Aliás, como confessava na mesma entrevista, não lhe interessavam muito as pressões dos ministros, ou do governador civil de Lisboa, Afonso Marchueta – que, nas suas palavras, *"telefonava sempre a saber o nome do repórter destacado para cobrir as suas visitas"*¹⁵ –, a única coisa que lhe interessava era a opinião do Presidente do Conselho.

E Marcello Caetano não perdia as "boas" ocasiões para intervir... Um tanto descomplexadamente, Marcello evidenciava nas mensagens por si enviadas ao presidente do Conselho de Administração da RTP, de certa forma, uma despudorada intenção de controle deste meio por parte do Governo a que presidia. Em carta datada de 28/12/1970 não podia ser mais claro: *"Conto com o apoio fiel, dedicado e inteligente dos amigos, sobretudo daqueles a quem estão confiadas posições-chave, como sucede consigo. A televisão é nos tempos correntes um instrumento essencial de acção política e nós não podemos hesitar na sua utilização – nem em vedar aos adversários da ordem social essa arma de propaganda. Sei que está atento, mas nos tempos que correm toda a vigilância é pouca, toda a inteligência e argúcia na acção são*

7/1/1971, (A Política de Informação ... pp. 240-242). Nesta reunião participariam o presidente do Conselho de Programas, Pedro Geraldes Cardoso, e respectivos vogais (Monsenhor Moreira das Neves, Escultor António Duarte, Fernando Guedes da Silva, Nuno Matias Ferreira, Armando Rocha e Luís Filipe de Oliveira e Castro). Presentes também estiveram o Director Geral da RTP, Matos Correia, Miguel de Araújo e o Chefe do GECP, José Cabral Tavares de Carvalho, para além de Ramiro Valadão, presidente do C.A.

¹⁴ "Sou anti-democrático", entrevista de Ramiro Valadão a Rocha Vieira, Tal e Qual de 1 de Novembro de 1985.

¹⁵ Na entrevista a Rocha Vieira, Ramiro Valadão afirmava de Afonso Marchueta, governador civil de Lisboa: *"Era uma jóia de pessoa, mas adorava aparecer na TV. Se, por exemplo, ia visitar Loures, não sossegava enquanto não tivesse a certeza que a TV ia lá. Telefonava-me a avisar, telefonava ao Miguel Araújo, director de Programas, telefonava ao José Mensurado, o meu homem de confiança no Telejornal, e (imaginem!) exigia saber o nome do repórter que iria fazer o trabalho, a quem, por último, telefonava igualmente. Gostava a sério da propaganda..."*.

O Conceito de Representação

insuficientes: há que pôr em jogo todas as nossas faculdades de combate"¹⁶.

Numa outra situação, a 3 de Abril de 1972, dirigindo-se mais uma vez a Valadão, Marcello repetiria o seu *"nos tempos que vão correndo o controlo efectivo da TV é essencial para o Governo"*¹⁷. Ainda que através de correspondência privada, neste caso é notório que o regime, certamente por estar defendido pela complexa máquina da censura, não tinha qualquer receio de explicitar os seus desígnios e o seu pensamento relativamente à comunicação social, e em particular em relação à televisão.

A lógica consensual e dissuasora que marcou toda a história da informação televisiva em Portugal ao longo de 17 anos de Salazar a Caetano –, ancorou concretamente na natureza técnica, instrumental e performativa do dispositivo historico-cultural televisivo, específico desse período. Tal dispositivo consagra não só uma ordem do mundo baseada na gestão burocrática e política do pseudo-acontecimento e dos meta-acontecimentos, como no princípio dissuasor. Produz também os seus mega-efeitos de real, fragmentando e recompondo a imagem social, remitificando a "prosa do mundo" através de um modelo submisso ao regime de auto-celebração do sistema e da classe política "unionista".

Na leitura do "seu" mundo, o dispositivo tecno-discursivo perseguiu sempre uma lógica performativa indutora de um horizonte de acontecimento assente no protocolo e na agenda de Estado, no desempenho político-mediático carismático, na catástrofe e no *fait-divers*. Lógica criadora também dos consensos sociais, que, por acréscimo, obliterava a emergência das singularidades, das subjectividades dissidentes, impondo assim a globalização do seu pequeno universo político como matriz estruturante historico-cultural.

Tratar-se-ia, no fundo, não de um registo, ou de uma dimensão espectacular, alimentada por uma cena dialogal, conflitual, mas, antes, insuflada pelo princípio da dramaturgia monológica, no sentido da palavra exclusiva e inquestionável, muito embora se tratasse de um processo dialógico na medida em que a argumentação é sempre destinada a alguém... Mas era, de facto, pela inscrição de um contrato modelizador e dissuasor, de um regime de verdade adstrito ao modelo

¹⁶ Cf. *A Política de Informação no Regime Fascista*, Comissão do Livro Negro, Lisboa, 1980, p. 239

¹⁷ Op. cit., p. 263.

político autocrático e totalitário, actuando em paralelo e de forma concertada com o conjunto da máquina censurante e persecutória – que era instituída uma actualidade transformada em história imediata, visão do mundo esta que transpunha o monopólio televisivo para uma dimensão de televisão-Estado, que se reflectia, em termos do campo da recepção, na inevitabilidade de o destinatário ser o receptor final de uma palavra sem resposta.

Todo este trabalho das estruturas propagandísticas, policiais e censórias do regime, era no entanto dado com algum sofisma através de um pretenso saber didáctico, pedagógico – o consulado salazarista era visto pelos responsáveis pela informação como o "mestrado de Salazar", e quanto a Caetano chegava-se ao limite de alcandorar a "venerando" figura ao estatuto de "supremo inspirador" da RTP... Mais não pretendia este discurso moralista senão legitimar através do pretenso didactismo a figura paternal do "pedagogo", mimando a competência, procurando criar a simulação do consenso que em última instância permitiria *"a atribuição de um poder ao enunciador e a imposição de um dever ao enunciatário"*¹⁸. Esse era sem dúvida o discurso instrumental do campo autocrático, da "autoridade", um lugar de provocação e de simulação que marcava a dissuasão, o consenso, enfim, o silêncio.

Repare-se que no plano interaccional (Nel, 1990:154) a argumentação é uma pressão exercida sobre o destinatário para o convencer (fazer crer) e o levar a agir (fazer fazer). Este é, por assim dizer, o princípio de organização de uma estratégia e de uma "conduta" comunicacional que era articulada com a coerência do dispositivo tecno-discursivo por forma a gerir a eficácia do modelo não-contraditório, monológico, cuja finalidade era, pois, conseguir através desse processo enviezado de sedução e de distorção do real, a adesão da opinião pública aos desígnios da autarcia e do sistema monopartidário. No fundo, provocar a subordinação das práticas do jornalismo às práticas da propaganda e manter as estratégias de manipulação como o eixo fundamental da rede reticular do sistema político e da sua perpetuação, ao longo dos consulados de Salazar e Caetano.

Através de um reduzido sistema de séries e formações discursivas homogéneas, ancoradas fundamentalmente na problemática ultramarina, nos inimigos da pátria e no monopartidarismo, era definida uma lógica criadora de consensos e de homogeneização das con-

¹⁸ Noël Nel, *Le Débat télévisé*, Paris, Armand Colin, 1990, p. 192.

O Conceito de Representação

dutas. No todo, a redução da diversidade à unidade, a lógica consensual, o carácter performativo do media, e o contrato de visibilidade que estabelece o seu dispositivo tecnodiscursivo, compõem e integram uma complexa rede temática e discursiva vinculante, que impõe uma ordem simbólica, dissuasora. Daí poder falar-se na radicação de um contrato global de legitimação de ordem política e de um quadro cultural normativo.

Estratégia que finalmente se concretiza através dos pseudo-acontecimentos e da sua performatividade. Instala-se assim uma nova ordem remitificadora do mundo, efeito de real que foi produto de uma estrutura e de um regime, teve uma intencionalidade política – foi dado como sendo a "raridade" da matéria noticiosa, embora não passe de um discurso manifesto, que apenas reprime a totalidade de elementos que poderiam inquietar a coesão do jogo de poder.

Sem dúvida, pois, que a TV foi (é) um dos dispositivos fundadores da ordem securizante do Estado-providência e da perpetuação da sua classe política em crise de representatividade. A predominância e a inflação do sistema político no conjunto das práticas, discursos – e categorias – na informação televisiva é de facto sobretudo um sintoma do défice de legitimação do sistema político quer pela sua macrocefalia, e inevitável alheamento do "mundo da vida", quer pela sua pouca sensibilidade, ou mesmo pela incapacidade mais genérica de integrar a experiência social. O que é dado a ver no dispositivo inscreve-se na ordem do discurso protocolar, do *fait-divers* e do meta-acontecimento. De forma recorrente, repetida, através também de um efeito-série que joga como factor de naturalização, como ilusão naturalista, como séries de actualidade-sintoma onde o acontecimento-problema ou o jornalismo investigativo são métodos e práticas não reconhecidas.

A história da informação televisiva em Portugal entre 1957 e 1974 é modelar nesse aspecto, sobretudo, claro, pelo carácter totalitário do regime e da sua máquina censurante. Mas práticas democráticas, por assim dizer, como no caso francês, ao tempo de De Gaulle, por exemplo, não alteram substancialmente os pressupostos em causa. Daí que a ordem securizante, a lógica consensual do dispositivo televisivo, seja em boa parte produzida também pela acção dos líderes carismáticos e do "bom desempenho" televisivo. Mas é uma ordem – e uma visão do mundo – sobretudo fundada sobre a redundância e a exclusão, sobre o esquecimento, visão da história colonizada pela estratégia discursiva de legitimação da razão de Estado e do protagonismo político. Aliás, a incapacidade de dar a ver a experiência social

radica efectivamente na crise do político. O contrato de visibilidade que deriva da instrumentalização do dispositivo televisivo pela ordem política impõe assim as opacidades e o segredo do social e do acontecimento-problema para deixar emergir a performance do político. No caso, mais do que numa governamentalização, a "lei" deste sistema configurou-se no protagonismo das hierarquias e das suas discursividades, enquanto estratégia de propaganda.

Instrumento, portanto, de comunicação. A TV cumpre, de algum modo, mercê do seu dispositivo de visibilidade específico, uma função precisa – fática, identitária, vinculante. Fragmenta e recompõe o plano do real num novo universo simbólico. Assim, no plano significativo do sistema de comunicação, ilude a irrupção da espontaneidade do real através de um olhar pretensamente transparente – quando não protocolar sobre o acontecimento. Trata-se, finalmente, de um "verismo" das aparências e da representação – histórica e política – como identificação e não como questionamento.

De facto, a elaboração da informação audiovisual é potencialmente desreística em confronto com a realidade manifesta, fechando-se por isso num universo de abstracção das modalidades políticas de enunciação do real propriamente dito. Emerge assim uma visão composta do mundo que produz a sua própria "ordem do mundo", ou que mima o real, seja através de uma concepção publicitária do divertimento, seja através da transmutação do real em espectáculo, seja através dos efeitos de real dramatizados em directo, seja ainda por uma remitologização, transposta, em última instância, em nova "cultura do quotidiano".

O plano simbólico permanecerá assim como o garante da perenidade do *statu quo* político e da sua conduta. Nesse aspecto a televisão contribui de forma clara para a degradação da virtude civil. Poder-se-ia ainda dizer que o sistema monológico produzido também no quadro da máquina de organização que é a televisão, opera exactamente no interior da função estratégica do dispositivo, quer dizer, opera por efeitos de dominação e de integração social que se organizam em espectáculo da verdade e de legitimação política. No fundo, organizam o próprio dispositivo televisivo por forma a integrar de facto, no plano tecnodiscursivo e instrumental, um regime de visibilidade e um contrato de credibilidade.

É finalmente claro que a dimensão tecnodiscursiva da máquina de organização protocolar e propagandística televisiva ao tempo de Salazar e Caetano foi estruturada e orientada segundo um modelo

O Conceito de Representação

jurídico-administrativo que tinha como estratégia fundamental a subordinação da virtude civil aos imperativos do sistema político monopartidário, como meio para a sua perpetuação enquanto regime e para a sua auto-celebração. Desse ponto de vista, a RTP foi, assim, ao longo desses dezassete anos de informação televisiva, um aparelho – técnico e discursivo – e um instrumento, determinante para a legitimação e a longevidade da autarcia salazarista e caetanista.

Bibliografia

- BRAGA DA CRUZ, Manuel (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença.
- (1989), "Salazar e a Política", *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote.
- CÁDIMA, Francisco Rui (1996), *Salazar, Caetano e a Televisão Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1996.
- (1996a), *O Fenómeno Televisivo*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.
- (1996b), *História e Crítica da Comunicação*, Lisboa, Século XXI, 1996.
- CAETANO, Marcelo (1970), *Mandato indeclinável*, Lisboa Verbo.
- (1971), *Ensaio pouco políticos*, Lisboa, Verbo.
- (1974), *Depoimento*, Rio de Janeiro, Record.
- (1977), *Minhas Memórias de Salazar*, Lisboa, Verbo.
- CARVALHO, Alberto Arons (1973), *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa, Seara Nova.
- FERRO, António (1978), *Salazar*, Lisboa, Edições do Templo
- LEBLANC, Gérard (1987), *Treize heures – vingt heures. Le monde en suspens*, Marburg, Éditions Hitzeroth.
- (1989), "A actualidade trágica", *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 9, Maio de 1989
- LOPES DA SILVA, M.J. e TEVES, V. H. (1971), *Vamos falar de televisão*, Lisboa, Editorial Verbo.
- LOURENÇO, Eduardo (1978), *Labirinto da Saudade – Psicanálise Mítica do destino português*, Lisboa, D. Quixote.
- MAIA, João Arnaldo (1973), "A Informação em Portugal – Monopólio de uma minoria dominante e uma arma ao serviço do Governo para envenenar a opinião pública", *Teses do 3º Congresso da Oposição Democrática*, 7ª. Secção, Lisboa, Seara Nova
- MEDINA, João (1978), *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Bertrand.
- MIÈGE, Bernard, et altri (1986), *Le JT. Mise-en-scène de l'actualité à la télévision*, Paris, La Documentation Française.

Representação Política na Televisão

- MORIN Violette (1976), "La séquence des actualités télévisées ou une rhétorique de l'ambiguïté", *L'attualità in TV*, Torino, ERI, Edizione RAI.
- NEL, Noël (1990), *Le Débat télévisé*, Paris, Armand Colin.
- NOGUEIRA, Franco (1986), *Um Político Confessa-se (Diário 1960-1968)*, Porto, Civilização.
- NORA, Pierre (1977), "O regresso do acontecimento", *Fazer História/1*, Lisboa, Bertrand
- (1983), "O acontecimento e o historiador do presente", *A nova história*, Lisboa, Edições 70
- ROSAS, Fernando (1989), "Salazar e o salazarismo: um caso de longevidade política", *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote.
- SILVA, Vicente Jorge (1981), "24 anos de RTP: a história de uma servidão", *Expresso*, de 7 de Março
- SOARES, Mário (1973), *Caminho Difícil – do Salazarismo ao Caetanismo*, Rio de Janeiro, Lido.
- (1974), *Portugal amordaçado – Depoimento sobre os anos do fascismo*, Lisboa, Arcádia.
- (1990), "António de Oliveira Salazar – um breve perfil", *Público (Magazine)*, 29 de Julho.
- TOURAINÉ, Alain (1989), "Communication politique et crise de représentativité", *Hermès* n° 4 – Le nouvel espace public, Paris.
- VALENTE, Vasco Pulido (1989), "Salazar Revisitado", *O Independente*, 12 de Maio.
- (1990), "Marcelo Caetano: as desventuras da razão", *Revista K*, n° 2, Novembro.
- VALENTE, V.P. e PORTAS, Paulo (1990), "O primeiro-ministro: estudo sobre o poder executivo em Portugal", *Análise Social*, vol. XXV (107), 1990 (3°).
- VÉRON, Eliseo (1983), "Il est là, je le vois, il me parle", *Communications*, n° 38, Seuil, Paris.
- (1989), "Télévision et démocratie: a propos du statut de la mise en scène", *Mots*, n° 20, Septembre, Paris.